
*Alana Keline Costa S. Manchineri, Jefferson Saady Maciel Júnior,
Soleane de Souza Brasil Manchineri, Wendel Ricardo Souza Brasil Manchineri*

OLHARES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: TESTEMUNHOS DOS
ALUNOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Resumo

O presente trabalho visa apresentar a experiência que alguns jovens indígenas vivenciam na Universidade Federal do Acre, a partir da condição de aluno regularmente matriculado e cidadão brasileiro. O trabalho foi produzido por bolsistas do grupo de pesquisas e estudos Programa de Educação Tutorial PET – Comunidades Indígenas, que ao longo de sua permanência na instituição concentraram experiências diversas e no momento sentiram a necessidade de compartilhar a ideia com o restante da comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Tendo em vista a grande dificuldade de acesso de alunos indígenas nas instituições públicas de ensino superior, o presente trabalho pode funcionar como ferramenta de visão para que o jovem indígena e a sociedade possam ver que é possível a diminuição do preconceito e discriminação contra o indígena, valorizando e respeitando as diferenças culturais, sociais e linguísticas.

Palavras chave: *políticas públicas; Programa de Educação Tutorial PET; indígenas nas universidades; testemunhas de indígenas; Universidade Federal do Acre UFAC.*

INDIGENOUS VIEWS OF THE UNIVERSITY: STATEMENTS OF
INDIGENOUS STUDENTS OF THE ACRE FEDERAL UNIVERSITY, BRAZIL

Abstract

This piece presents the experience of several indigenous students of the Acre Federal University (UFAC), in Brazil, as university students and Brazilian citizens. These statements were written by the members of the UFAC's *Programa de Educação Tutorial* (Program of Assisted Education), who felt the need to share their experiences with others. Taking into account the great difficulty for indigenous students to have access to university programs, this work aims to help other young Indian to see that it is possible to reduce the prejudices and discrimination against Indians, by valuing and respecting cultural, social and linguistic differences.

Keywords: *public policies; Tutorial Education Program PET; indigenous peoples in the university; indigenous testimonies; Federal University of Acre UFAC.*

Alana Keline Costa S. Manchineri (Licenciatura em Biologia), Jefferson Saady Maciel Júnior (Bacharelado em História), Josias Petilk (Engenharia), Soleane de Souza Brasil Manchineri (Bacharelado em História), Wendel Ricardo de Souza Brasil Manchineri (Bacharelado em História), estudantes indígenas e membros do grupo de pesquisas e estudos Programa de Educação Tutorial PET – Comunidades Indígenas da Universidade Federal do Acre (UFAC). ufac-pet@hotmail.com

Introdução

O acesso às universidades públicas do Brasil é marcado pela presença de membros da elite, e pela dificuldade de entrada das classes populares, assim como das comunidades indígenas. Isso acontece pela falta de políticas públicas que visem inserir a sociedade indígena dentro das universidades, estabelecendo assim uma divisão social, cultural e econômica que contribui para a marginalização dos mesmos.

Atualmente a UFAC, como instituição de ensino superior público, não oferece o sistema de cotas que possibilitem a inclusão de estudantes indígenas, dando uma conotação de que somente aqueles que possuem acesso a cursos pré-vestibulares e que economicamente são mais favorecidos conseguem ingressar na universidade pública.

A história dos estudantes indígenas na UFAC começa no ano de 2003, quando entra a primeira indígena, pertencente ao povo Yawanawa. Em 2006-2007 adentram mais duas estudantes pertencentes ao povo Manchineri. É no ano de 2010 que há uma demanda significativa de estudantes indígenas à universidade, quando entraram a maior parte dos alunos indígenas.

Entrar na universidade é um grande passo, que, entretanto, não pode ser finalizado sem o apoio da instituição aos alunos indígenas. Com a proposta de apoiar a permanência destes estudantes na UFAC surge o Programa de Educação Tutorial Indígena (PET). O PET – Comunidades Indígenas é um projeto de ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas para estudantes indígenas da UFAC, a partir da perspectiva diferenciada, de olhares de acadêmicos indígenas da própria universidade.

Os estudantes entraram em contato com o campo da etnologia, e assim podem desenvolver seus projetos de pesquisa relacionados ao tema da transformação cultural e social no contexto do contato com a sociedade não indígena. É nesta perspectiva que buscamos a diminuição do preconceito, discriminação contra o indígena, valorizando e respeitando as diferenças culturais, sociais e linguísticas. A primeira experiência do grupo PET – Indígena foi o contato com textos, escritos e relatos no curso de Antropologia do Brasil Indígena, oferecido pela tutora Celia Collet. Neste curso esclarecemos e desconstruímos conceitos genéricos em relação aos povos indígenas, bem como aprendemos a olhar todas as formas de possibilidade de se construir esse conhecimento

a partir de olhares diferenciados. Para difundir o conhecimento indígena dentro da universidade, estabelecemos parceria entre os PET – Indígena e PET – Educação Física, que já trabalhavam com atividades voltadas para a comunidade externa, assim unimos as brincadeiras e jogos indígenas à narração de mitos, possibilitando a difusão do saber indígena nas escolas da rede pública e particular da cidade de Rio Branco. A terceira experiência que tivemos na universidade foram o mini-curso sobre identidade e cultura, ministrado por alunos bolsistas do Curso de Ciências Sociais coordenados pela Professora Dr.^a Mariana Pantoja, e o mini-curso sobre os Piro/Manchineri do Professor Ms. Marcos de Almeida Matos.

Relatos dos Acadêmicos indígenas da UFAC

“A sociedade envolvente deve ser educada no sentido de abolir a discriminação histórica manifestada constantemente nas suas relações com os povos indígenas” (Documento final do I Encontro Estadual de Educação Indígena do Mato Grosso, 1989).



Fotografia 1: Comunidades Indígenas e professora Celia Collet. Foto Grupo PET.

ALANA KELINE COSTA SILVA MANCHINERI

(Estudante do Curso de Licenciatura em Biologia)

Minha experiência pessoal indígena vem a partir da união de minha mãe, filha de seringueiros e meu pai índio Manchineri. Com toda diversidade que possuo em minha família, a que se sobrepôs em mim e em meus irmãos foram os traços indígenas, o fenótipo. E com esses traços vieram também os preconceitos. Preconceitos que aconteceram desde minha família materna até os meios escolares, mas que foram sendo superados a partir do conhecimento da diversidade e beleza de nossa cultura Manchineri.

E é a partir da vivência e dos preconceitos que sofri e ainda sofro (por mais que as pessoas pensem que não possuem proporções grandes, o preconceito existe sim), que busco compreender os motivos que perpassam entre os indivíduos de uma determinada sociedade que possuem tudo pertencente a outras culturas. Por isso busco através deste grupo de estudo, pesquisa e extensão mostrar que os povos indígenas, em meu caso Manchineri, fazem parte da sociedade atual, não são preguiçosos, dentre outros preconceitos, desta forma poderemos mostrar uma nova visão sobre as populações indígenas, tentando desconstruir preconceitos.

No meio acadêmico e através de meu curso de licenciatura plena em Ciências Biológicas, é que mesmo sendo um curso de formadores de professores/educadores, não vejo disciplinas que demonstrem de forma clara o respeito à diversidade da cultura indígena e os conhecimentos indígenas na área da Biologia. Sendo assim, meu interesse no grupo PET – Comunidades Indígenas vem por meio da possibilidade de mostrar os trabalhos que desenvolvemos na temática indígena para o meio acadêmico e a sociedade em geral.

Uma experiência nova que passei no decorrer das atividades que o grupo PET – Comunidades Indígenas desenvolve, é levar palestras sobre as mentiras que o senso comum possui contra os povos indígenas. Que para mim, de certa forma, foi uma experiência realmente nova, pois me deparei com pessoas que acreditam que os povos indígenas são atrasados, preguiçosos, que são povos primitivos, mesmo sendo eu indígena acadêmica de uma Universidade Federal, sendo um exemplo vivo para estas pessoas de que esses conceitos são errados, me deparei com opiniões que demonstravam esses conceitos ainda presentes.

Em determinada oportunidade que tive, pude mostrar mais sobre o povo Manchineri e os povos indígenas em geral de forma sucinta, e nessa experiência foi possível encontrar as ambiguidades existentes em torno da temática indígena.

JEFFERSON SAADY MACIEL JÚNIOR

(Estudante do Curso de Bacharelado em História
e membro discente do Conselho Universitário da UFAC)

Acho que antes de estar inserido no grupo PET, no tempo em que vivia com minha avó (Maria Rogélia Saady) filha de uma índia peruana com um comerciante libanês, que me relatava sobre seus pais, histórias de como se conheceram, qual foi o motivo de sua mãe ter vindo para o Brasil, e especial para Xapuri, já me despertava o interesse ou vontade de ter tido a oportunidade de conhecer minha bisavó paterna, não por ela ser ela, mas por ela ser uma indígena, por ter vivido tudo o que eu vivia, só que de outra maneira, da forma que ela nasceu. Não gostava em nenhum instante em que era comparado a um índio, por ter cabelo grosso e liso, traços fortes, meu fenótipo, mas por saber que eu não poderia ser colocado em tal grupo étnico apenas por aparência. Convivi sempre com isso e sempre me achei normal e que ainda precisava saber quem eu era etnicamente.

Quando fiquei sabendo da existência de um programa que tratava da questão indígena dentro da universidade, logo procurei saber como funcionava, e que mesmo não conseguindo essa resposta de imediato, mas depois que estivesse inserido no meio, poderia achar uma resposta para quem sou e de onde me constituo, e para os conceitos preestabelecidos que as pessoas têm em relação aos povos indígenas. E hoje com quase um ano de inserção de fato no contexto indigenista, vejo que minhas expectativas e juízos são bem mais pensados e refletidos antes de pô-los em prática.

O programa me mostrou o quanto somos reduzidos a pequenos conceitos relativos à cultura e identidade e que na maioria das vezes nos deixamos reduzir a eles porque queremos. Minha vivência com sabedores maiores de causa, o grupo Manchineri e a professora Celia Collet, me mostrou e continua mostrando que ser indígena não é simplesmente ter a pele vermelha, cabelo liso, olhos levemente puxados e se pintar, ser indígena é saber valorizar sua cultura, por mais que seja menos conhecida, desrespeitada, ignorada, mas é a cultura na qual você está inserido e que se não fosse ela você não se constituía como se faz hoje, de igual valor e direitos iguais. Entendo que sou indígena, apenas, sem uma comunidade como referência, sou indigenista, sou lutador pela causa maior que é o reconhecimento da sabedoria indígena.

Construir experiências comuns e não comuns, é o primeiro passo para conseguir romper com paradigmas e ideias ultrapassadas, ainda mais hoje em que a contemporaneidade, a meu ver, vem para desconstruir todas as ideias tidas como verdades absolutas a respeito de determinada cultura ou

povo. Entendo que, já não é mais tempo de se partir de conceitos, ideias, formas de pensar bastante conhecidas e tidas como referência, é tempo de abrir nossas mentes e construir modos de viver mais aceitáveis na perspectiva de que tudo pode ser útil para seu crescimento e o crescimento de uma sociedade.

Vivência e troca de experiências é a ordem que tem que existir, claro que respeitando valores, princípios os mais diversos que se quiser ter, mas penso a partir do olhar amplo, olhar que considere tudo como verdade, por fazer parte da realidade, e serem passíveis de base para crescimento social.



Fotografia 2: Jefferson Saady e Soleane Manchinero na escola Isa Mello. Foto Grupo PET.

SOLEANE DE SOUZA BRASIL MANCHINERI

(Estudante do Curso de Bacharelado em História)

Meados da década de 1980, época de reivindicações e lutas e formações de movimentos sócias indígenas, seringueiros o ribeirinhos, os chamados “povos da floresta”. Também a época em que eu, Soleane, nasci, 1986. Aos quatro anos de idade saí da aldeia Extrema e fui morar em Sena Madureira com meus pais. Depois de algum tempo fui morar em Rio Branco aos oito anos, e comecei a estudar aos nove anos.

Quando fui à primeira vez a escola, enfrentei preconceitos em relação a minha identidade indígena. Assumi-la, de alguma forma seria algo que me traria grandes resultados. E, aos dezoito anos trabalhando no governo da floresta como contadora de história, guia de turismo. Sendo inserida cada vez mais no mundo de em que a sociedade não indígena insistia que não lembrasse, talvez por não assumir em seu DNA a mistura de identidades e raças na sociedade brasileira, especialmente acreana.

Por ser indígena fui presa e policiais quebraram meu braço. Racismo, preconceito ou quê? Não sei! Mas aos vinte e dois anos fiz o vestibular da UFAC para História – Bacharelado e passei como a 2ª indígena a entrar na faculdade no Estado do Acre. Na faculdade, como caloura, percebi que ser indígena causava incômodo para alguns colegas do curso... Será que ser indígena assumida física e intelectualmente é um problema, defeito? Ou a sociedade dita não indígena precisa se readaptar com os povos indígenas?

WENDEL RICARDO DE SOUZA BRASIL MANCHINERI

(Estudante do Curso de Bacharelado em História)

No início, quando comecei a estudar na escola infantil, houve certo preconceito por ser índio, por isso em vez de ir para a primeira série, fui mandado para o pré-escolar, por terem achado que a primeira série era um nível muito alto para mim, pois no meio em que eu vivia as pessoas estavam condicionadas (acostumadas) a ver o baixo rendimento dos indígenas no meio escolar. Esse momento foi prejudicial para minha personalidade, pois os pré-conceitos e racismo se transformaram em uma forma de prisão psicológica deixando-me tímido em relação com as pessoas que não pertencia a minha família em parte usava um estilo alternativo como forma de refugio e autoproteção em relação às pressões sociais sofridas pela sociedade em que eu vivia. Assim iniciaram-se meus estudos, por pressão psicológica do desprezo e preconceito por parte de meus colegas de classe, ascendi como um dos melhores da classe para mostrar que não tinha nada inferior em mim em comparação a eles. Aqui mostro um pouco da disciplina de se estudar na cidade.

Antes de ingressar na universidade, tive muita dificuldade financeira ou apoio das instituições que amparava os indígenas no acesso ao ensino superior, mas tive ajuda de minha família no incentivo de ir além do ensino médio, começando a ler muito para uma maior compreensão das questões do vestibular. Depois de aprovado, e de ter ingressado na universidade, começou uma nova luta, entre os universitários, de combater o preconceito construído através do tempo em

nossa sociedade e desfazer os erros que a história europeia deixou para todo o nativo superar nesse território tão vasto de mentiras, tidas por verdades. Mesmo com dificuldade encontramos pessoas sensíveis a nos incentivar para enfrentar a situação difícil encontrada na universidade, não só para nós indígenas, mas também para todos das camadas populares do ensino superior.

Com o passar dos meses surgiu a oportunidade de entrar no PET – Comunidades Indígenas, onde se iniciou um novo tempo de conhecimento dentro da universidade, para mim. Quando começa a se consolidar uma nova mentalidade que me levou há uma ânsia de desfazer as mentiras consolidadas pelo tempo no meio acadêmico. Por enquanto tudo se resume nesse alvo a ser atingido.

Encontros e desencontros

No decorrer de todas as experiências vemos que a sociedade não indígena impõe estereótipos a partir do olhar colonizador tido como referência histórica sobre os povos indígenas. Tendo como exemplo destes estereótipos: “índio é preguiçoso, índio é atrasado, é sujo, é ignorante, é não civilizado, todo índio ganha benefício, o índio na cidade deixa de ser índio”, dentre outros.

Isso nos leva a pensar que muito está por ser descoberto sobre as diversas culturas presentes ao nosso meio. E nos incentiva a ir em frente com nosso projeto de extensão “Desfazendo preconceitos sobre as sociedades indígenas”, com o qual pretendemos contribuir com a efetiva aplicação da Lei 11.645 de 11 de março de 2008¹, que inclui nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A partir dos nossos olhares, sujeitos acadêmicos na Universidade Federal do Acre, nos propusemos realizar pesquisas e estudos sobre a temática indígena, tendo como principal foco compreender e esclarecer o porquê do atraso na incorporação de leis como esta. É nesta perspectiva que nos encontramos e nos desencontramos nesta sociedade, que ora racista e preconceituosa que não aceita a diversidade e negligência as sociedades indígenas como formação pluri-étnica da nação brasileira.

Com o presente trabalho buscamos expor a nossa experiência escolar na UFAC, como forma de contribuir para a discussão acerca da discriminação e preconceito com os indígenas de forma em geral e especificamente os

estudantes. Primeiramente esperamos que a sociedade compreenda o quanto a diversidade étnica é ampla e pode contribuir para o crescimento empírico e científico de determinada sociedade, fortalecendo valores como respeito e aprendizagem. Esperamos também que o grupo PET – Comunidades Indígenas seja apenas o início da longa caminhada que está por vir, servindo de exemplo para as futuras gerações.

É preciso que se expandam os olhares e que as visões sejam as maiores possíveis, mesmo que muitas das lutas que estão por vir possam ser desanimadoras, é necessário que se tenha esperança, em que um dia possamos construir a tão sonhada de liberdade, almejada por todos aqueles que desejam ser reconhecidos.



Fotografia 3: Encontro de comunidades indígenas na UFAM. Foto Grupo PET

Notas

- 1 Essa lei altera a Lei nº 9.384, de Dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira indígena”.

Fecha de recepción: 25/11/2012

Fecha de aceptación: 10/10/2013